

SERTÃO ANTINUCLEAR: AÇÕES COLETIVAS E CONFRONTO POLÍTICO EM TORNO DA INSTALAÇÃO DA CENTRAL NUCLEAR DO NORDESTE EM PERNAMBUCO

Antinuclear Sertão: collective actions and contentious politics around to the implementation of the Northeastern Nuclear Plant in Pernambuco

Sertão Antinuclear: acciones colectivas y confrontación política alrededor de la construcción de la Central Nuclear do Nordeste en Pernambuco

Whodson Silva ¹

Resumo:

O presente trabalho busca problematizar o campo sociopolítico em que se dá a instalação da Central Nuclear do Nordeste em Itacuruba, Sertão de Pernambuco – Brasil. A projeção de uma central nuclear no Nordeste brasileiro não é um fato isolado e localizado, pelo contrário, envolve uma série de elementos, atores, instituições e conflitos que permeiam diferentes níveis e contextos de poder, do local ao global. Em resposta ao projeto do Estado Brasileiro, uma série de ações políticas encabeçadas pela Articulação Sertão Antinuclear vem expressando os motivos pelos quais um empreendimento dessa natureza não possibilitaria reais benefícios para a região. Tais enfrentamentos configuram, em nossa análise, um repertório de ações coletivas e confrontos políticos na região do Sertão pernambucano. O trabalho segue na direção de problematizar um contexto social em que é possível visualizar o acirramento de políticas governamentais que impulsionam a implantação de grandes projetos e impactam o meio ambiente em escalas sem precedentes.

Palavras-chave: Central Nuclear do Nordeste; Mobilização Antinucleares; Itacuruba – Brasil.

Abstract:

The aim of the present study was to analyze the socio-political field related to the implementation of the Northeastern Nuclear Plant in Itacuruba County, Pernambuco State – Brazil. The project of building nuclear plants in the Brazilian Northeastern region is not an isolated and localized event, actually, it concerns a series of elements, actors, institutions and conflicts that encompass different levels and contexts of power, from the local to the global sphere. In response to the Brazilian governmental project, a series of political actions headed by Articulação Sertão Antinuclear has been expressing the reasons why such project would not provide real benefits for the region. Based on our analysis, such opposition establish a repertoire of collective actions and political confrontations in Sertão do Pernambuco region. The work follows in the direction of problema-

¹ PPGAn/UFMG – PNCSA. Email: whodsoon@gmail.com

tizing a social context in which it is possible to visualize the escalation of government policies that drive the implementation of large projects and impact the environment on unprecedented scales.

Keywords: Northeastern Nuclear Plant; Antinuclear Movement; Itacuruba – Brazil

Resumen

El presente trabajo busca problematizar el campo sociopolítico en el que se da la construcción de la Central Nuclear do Nordeste en la ciudad de Itacuruba, desierto (Sertão) de Pernambuco – Brasil. El desarrollo de una central nuclear en el Nordeste brasileiro no es un hecho aislado, por el contrario, involucra, una serie de elementos, actores, instituciones y conflictos que cruzan diferentes niveles y contextos de poder, que van desde lo local hasta lo global. Como respuesta al proyecto del Estado Brasileiro, diferentes acciones políticas encabezadas por la Articulación Sertão Antinuclear, vienen expresando los motivos por los cuales un emprendimiento de este tipo no posibilitaría reales beneficios para la región. Tales enfrentamientos configuran, en nuestro análisis, un repertorio de acciones colectivas y confrontaciones políticas en la región del Sertão de Pernambuco. El trabajo sigue en la dirección de problematizar un contexto social en que se visibiliza la estimulación de políticas gubernamentales que impulsan la implementación de megaproyectos e impactan el medio ambiente a escalas sin precedentes.

Palabras clave: Central Nuclear del Nordeste; Movilizaciones Antinucleares; Itacuruba – Brasil.

Introdução

O presente trabalho segue na direção de problematizar um campo social em que é possível visualizar o acirramento de políticas governamentais que impulsionam a implantação de megaprojetos² e conduzem, ao mesmo tempo, à violação de direitos dos grupos sociais atingidos, assim como impactam o meio ambiente em escalas sem precedentes.

É nesse plano que a Eletronuclear³ apresenta o projeto da Central Nuclear do Nordeste para o Sertão de Pernambuco. Segundo a estatal, trata-se de um complexo energético com envergadura para 06 reatores nucleares a serem instalados às margens do Rio São Francisco, totalizando uma capacidade de 6.600 MWe⁴ e a intenção de investimento de R\$ 64,404 bilhões⁵.

No tocante à conjuntura do desenvolvimento energético nuclear no Brasil, acompanhamos um avanço nos debates e nas intenções de empreendimentos dessa natureza. O Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB), organismo vinculado ao Palácio do Planalto, em 2018 já tinha elaborado a proposta de um programa que prevê ampliar a geração de energia nuclear no país, aumentar

² Por megaprojeto entendemos obras de infraestrutura que configuram em sua implementação um cenário político de investimentos em níveis regional, nacional e internacional, bem como interferências em larga escala nos aspectos sociais e ambientais onde se é instalado.

³ A Eletronuclear é uma empresa Subsidiária da Eletrobras – Responsável estatal pela geração e transmissão de energia elétrica no país.

⁴ *Megawatts electric.*

⁵ O valor do investimento está baseado no levantamento realizado pela *Neoway* – empresa de *big data analytics* que monitora fontes públicas e mercadológicas – noticiado no *Jornal do Comércio*, em 12 de agosto de 2018. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2018/08/12/pernambuco-tem-mais-de-15-mil-obras-paralisadas--350547.php>. [Acesso em 21 jul. 2019].

a exportação de urânio e dinamizar a mineração do setor. O comitê, que nesse momento estava composto por representantes de onze ministérios e coordenado pelo ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), teria criado sete grupos de trabalho para estruturar o novo Programa Nuclear Brasileiro (PNB). As proposições eram de construir novas usinas nucleares em diferentes regiões do país e retomar a construção da usina de Angra 3 no Rio de Janeiro ^{6 e 7}.

A posse, em 2019, do até então diretor geral do programa nuclear da Marinha ao Ministério de Minas e Energia (MME)⁸ acaba por alavancar como principais pautas: a transferência da exploração do urânio para a iniciativa privada⁹ – que segundo a Constituição Federal é prerrogativa da União na figura da estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB); a abertura de territórios tradicionalmente ocupados para a indústria de mineração¹⁰; e, a instrumentalização de um modelo de negócios para potenciais parceiros interessados em investir na construção de novas plantas nucleares no país¹¹.

Ainda em 2019 a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP) noticia que o MME anunciou durante o World Spotlight Brazil, realizado em abril no Rio de Janeiro, que uma área em Pernambuco já fora analisada pela Eletronuclear para receber uma nova central nuclear, se trata de um sítio localizado no município de Itacuruba, Região do Sertão de Itaparica^{12 e 13}. Informação essa ratificada no Fórum Internacional Renováveis e Nuclear, realizado em julho desse mesmo ano na capital Recife.



Figura 1 - Município de Itacuruba no Sertão de Itaparica – Pernambuco.
Fonte: Projeto Nova Cartografia Social (2019).

⁶ Notícia intitulada: Temer retoma plano nuclear e governo prevê várias usinas, publicada em 15 de julho de 2018. Disponível em: <https://folha.com/k7jt13d8>. [Acesso em 28 abr. 2019].

⁷ No Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, estão em operação as usinas nucleares de Angra 1, com capacidade para geração de 640 MWe, e de Angra 2 com capacidade para 1350 MWe. Essas duas usinas respondem pela geração de 3% da energia elétrica consumida no Brasil. Angra 3, que foi projetada como praticamente uma réplica de Angra 2, prevê a geração de 1405 MWe, caso venha a operar.

⁸ Notícia intitulada: Futuro ministro de Minas e Energia coordena Programa Nuclear da Marinha, publicada em 30 de novembro de 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimasnoticias/2018/11/30/futuro-ministro-de-minas-e-energia-e-ligado-ao-programa-nuclear-da-marinha.htm> [Acesso em 28 abr. 2019].

⁹ Notícia intitulada: Brasil quer permitir estrangeiros na mineração de urânio, diz ministro, publicada em 15 de março de 2019. Disponível em: <https://folha.com/sfxt9ip1>. [Acesso em 28 abr. 2019].

¹⁰ Notícia intitulada: Ministro diz que governo planeja liberar mineração em terras indígenas, publicada em 04 de março de 2019. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/6145777/ministro-diz-que-governo-planeja-liberar-mineracao-em-terras-indigenas>. [Acesso em 28 abr. 2019].

Essa diretriz, desenhada desde o Plano Nacional de Energia 2030 (PNE 2030) e que tende a incidir no Plano Nacional de Energia 2050 (PNE 2050)¹⁴, aponta para a consolidação de uma política nuclear em que pesa a importância no uso militar dessa tecnologia para a defesa nacional, entendida como uma estratégia de inserção internacional soberana com autonomia relativa. Apesar da dualidade intrínseca à matéria, alega-se que seria para fins pacíficos¹⁵. Tais parâmetros explicam a formação de um setor nuclear no país e a preferência por essa fonte de energia, como afirma Pinguelli Rosa et al. (1988).

Assim, a tecnologia nuclear tem sido propagandeada como a rota de energia do futuro¹⁶ visto que emitiria baixo dióxido de carbono (CO₂), relacionado ao aquecimento global, elevando-a ao equívoco status de energia limpa, uma vez que somente contabiliza a emissão de gases poluentes na etapa de geração de energia elétrica e não de todo o ciclo do combustível nuclear, que vai desde a exploração mineral de urânio, o seu consecutivo processo de enriquecimento¹⁷ para posterior uso na produção de energia dentro dos reatores, aos rejeitos radioativos acumulados nessas diferentes etapas.

Thomas Eriksen (2016) situa a energia como uma das grandes problemáticas socioambientais que impulsiona o *overheating*. Tal sobreaquecimento, tal qual conceitua, oferece a possibilidade de analisar os problemas do tempo presente, explorando crises do meio ambiente, economia e identidade através de uma lente antropológica. Para o autor, é urgente a realização de etnografias nos pequenos lugares – como as pessoas constroem o mundo à sua volta, o que fazem ou o que está acontecendo em termos que tenham sentido – para melhor compreender os sistemas globais contemporâneos.

Nessa direção, a etnografia nos tem aqui possibilitado esmiuçar as categorias e discursividades presentes no campo social estudado relacionando-as com aquelas juridicamente formalizadas. A partir disso temos problematizado como as dinâmicas da instalação de um megaprojeto nuclear são percebidas

¹¹ Notícias intituladas: Novo plano nacional de energia orienta a construção de até 10 GW de energia nuclear no Brasil até 2050, publicada em 07 de julho de 2020. Disponível em: <http://abdan.org.br/novo-plano-nacional-de-energia-orienta-a-construcao-de-ate-10-gw-de-energia-nuclear-no-brasil-ate-2050/>; Governo está finalizando modelo de negócio para novas centrais nucleares no Brasil, publicada em 09 de julho de 2020. Disponível em: <http://abdan.org.br/governo-esta-finalizando-modelo-de-negocios-para-novas-centrais-nucleares-no-brasil/>. [Acessos em 02 ago. 2020].

¹² Notícia intitulada: MME anuncia previsão para receber nova central nuclear, publicada em 03 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.nuclep.gov.br/pt-br/content/mme-anuncia-previsao-para-receber-nova-central-nuclear>. [Acesso em 22. abr. 2019].

¹³ Conforme a Lei nº 13.306 de 01 de outubro de 2007 do Estado de Pernambuco, uma Região de Desenvolvimento (RD) corresponde a uma divisão estratégica para a aplicação de políticas públicas e para a iniciativa privada, sendo a RD do Sertão de Itaparica uma entre as doze existentes no Estado de Pernambuco, agrupando sete municípios, localizados todos no clima quente e seco (semiárido), sendo eles: Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia e Tacaratu. O relevo é caracterizado como Depressão Sertaneja; em relação à hidrografia, os rios São Francisco e o Pajeú têm maior destaque.

¹⁴ O PNE 2030 foi publicado em 2007 enquanto o PNE 2050 é aguardado para breve.

¹⁵ Ver: CARPES, Mariana M. A. A política nuclear brasileira no contexto das relações internacionais contemporâneas. Domínio tecnológico como estratégia de inserção internacional. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

¹⁶ Ver notícia: Nuclear power: energy for the future or relic of the past?, publicada em 27 de fevereiro de 2015. Disponível em: bbc.com/news/business-30919045. [Acesso em 04 jul. 2019].

¹⁷ Após a mineração, o urânio é transportado para onde acontece a produção de pastilhas com o concentrado de urânio (*yellowcake*) que, posteriormente, são expostas a uma reação nuclear (fissão do núcleo do átomo) no interior das usinas, produzindo alta quantidade de calor que movimenta o turbogerador e gera energia elétrica. Acontece que, em alguns casos, da etapa da mineração para a etapa do enriquecimento há um extenso percurso de produção internacional, onde o material é levado para ser manipulado onde existe tecnologia especializada.

e respondidas localmente. A nova Itacuruba, pleiteada para abrigar tal empreendimento, foi desenhada e construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), para abrigar, a partir de 1988, parte da população compulsoriamente reassentada da Itacuruba velha, que teve sua sede municipal e terras agricultáveis inundadas pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Itaparica.

As e os itacurubenses não contam, como contavam antes, com áreas de produção agrícola próximas, já que os habitantes das áreas rurais ou foram reassentados em projetos de irrigação distantes em torno de cem quilômetros ou foram reassentados dentro do novo município, sem acesso a terras para plantar¹⁸. A produção da ociosidade coletiva e a extinção das Verbas de Manutenção Temporária (VMT)¹⁹, sem um planejamento sistemático de assistência aos reassentados, são algumas dentre tantas violências expressas em problemas na saúde coletiva de Itacuruba, que, em 2006, concentrou, segundo o Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe), a maior taxa de suicídio no Brasil, apresentando ainda 63% de sua população com problemas de sofrimento mental²⁰.

Não por acaso, o novo município é indicado nesse momento como o sítio prioritário para a construção da Central Nuclear do Nordeste. A opção por Itacuruba releva as maneiras de subjugar o Sertão como demograficamente vazio e miserável, sendo este o principal argumento estatal para intervir em uma região naturalizada como carente de investimentos mundializados. Justifica-se a escolha da área em razão do solo estável, da oferta de água do Rio São Francisco para resfriar os reatores, da proximidade de linhas de transmissão de energia e, particularmente, da baixa densidade populacional, fundada na estigmatização de ser um município habitado por um pouco mais de quatro mil almas, como midiaticamente foi veiculado²¹

Se de um lado a conjuntura política do setor energético brasileiro caminha para a materialização do empreendimento nuclear em Itacuruba, de outro, o despoite de um confronto antinuclear nessa região propõe a revitalização de formas de resistência à rota da expansão desenvolvimentista nessa região, que se apresenta à revelia das significações, histórias, existências e interesses dos grupos sociais diretamente atingidos pelo megaprojeto.

Para entender o confronto político

Em Pernambuco temos acompanhado a animação de diferentes atores na promoção da construção da Central Nuclear do Nordeste em Itacuruba, entre eles estão engenheiros responsáveis pelo projeto, empresários e deputados estaduais²². Em resposta, a emergência de mobilizações organizadas por uma

¹⁸ Predomina no solo desta área um processo erosivo de moderado a forte, tendencionando-o à degradação. A insuficiência de terras agricultáveis no novo município entre as outras variadas limitações já eram de conhecimento da Chesf antes mesmo do realocamento populacional, como visto nos trabalhos de Araújo (2001) e Scott (2009).

¹⁹ A população reassentada ficou recebendo 2,5 salários de referência, entre 1988 e 2003, a título de Verba de Manutenção Temporária (VMT) enquanto aguardava a designação, preparação e entrega de seus lotes irrigados ou do pagamento de indenizações

²⁰ Notícias intituladas: Sertanejos sofrem com depressão, publicada em 25 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.cremepe.org.br/2007/05/25/sertanejos-sofrem-com-depressao/>; Itacuruba afogada na tristeza, publicada em 27 de maio 2007. Disponível em: <http://www.cremepe.org.br/2007/05/27/itacuruba-afogada-na-tristeza/>; Dependência química preocupa em Itacuruba, publicada em 25 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.cremepe.org.br/2011/08/25/dependencia-quimica-preocupa-em-itacuruba/>. [Acessos em 27 nov. 2018].

²¹ Ver SILVA, Whodson. O conto das quatro mil almas: uma etnografia do confronto de Indígenas e Quilombolas com a Central Nuclear do Nordeste. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

²² Notícia intitulada: Energia nuclear: sinônimo de prosperidade do Sertão!, publicada em 17 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/opiniaio/2019/09/energia-nuclear-sinonimo-de-prosperidade-do-sertao.html>. [Acesso em 26 out. 2019].

articulação antinuclear tem ampliado a discussão sobre os danos socioambientais a serem provocados pelo megaprojeto, aspectos esses notadamente suprimidos no processo de planejamento.

A Articulação Sertão Antinuclear, como ora é chamada, é a responsável por concatenar um repertório de ações coletivas no dado confronto com o projeto de instalação da central nuclear. Analiticamente, o confronto político se apresenta como uma importante chave de compreensão da emergência de mecanismos e formas de resistência antinuclear. A abordagem de tal conceito possibilita-nos compreender a capacidade de agência e criatividade dos indivíduos em suas mobilizações, mas sem desconsiderar os constrangimentos históricos e políticos que cerceiam as oportunidades da ação coletiva.

Ademais, a problematização desse confronto em particular, oportuniza a reflexão de conflitos socioambientais insurgentes em razão do esteio geopolítico do desenvolvimento nuclear que se dá em América Latina, a exemplo da discussão sobre o uso dessa tecnologia na Argentina²³ e, mais recente, na Bolívia²⁴. No Brasil, visibiliza-se a opção governamental em seguir na contramão dos debates a nível mundial sobre a necessidade de descomissionamento de atividades nucleares²⁵, exemplificado no caso da Alemanha que deverá fechar todas as suas usinas até 2022²⁶.

Embora difusas as teorias sobre o confronto político, entendemos que as formulações de Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly (2009) – que complexificam a tríade teórica: movimentos sociais, revolução e ação coletiva – leva-nos à compreensão do conjunto de formas de ação política que emergem em meio a conflitos e que a partir de então fica à disposição dos agentes sociais. O confronto político, portanto, tem início quando de forma coletiva as pessoas fazem reivindicações vinculadas a outros interesses, e que ao menos um grupo dessa interação, incluindo terceiros, é um governo, isto é, uma organização que controla os principais meios de coerção concentrados num território definido.

Referente aos outros interesses, aqui destacamos como os interesses contrários ao do megaprojeto, não no sentido redutivo de que os agentes sociais atingidos não querem desenvolvimento ou de que são empecilhos para tal, mas de que entendem que o desenvolvimento tal qual está posto não atende às suas necessidades, são arbitrários, impactam o meio ambiente em que vivem, entre outros motivos que são invisibilizados, assim como tais grupos, na arena de negociações do investimento²⁷.

²³ Ver: GAGGIOLI, Naymé Natalia. Antropología nuclear. In: Cuadernos de antropología social. n. 18, pp. 107-122, 2003.

²⁴ Notícia intitulada: O plano de Putin e Evo Morales para construir a usina nuclear mais alta do mundo na Bolívia, publicada em 14 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/o-plano-de-putin-e-evo-morales-para-construir-a-usina-nuclear-mais-alta-do-mundo-na-bolivia,f588b81bd3366e647ddce0d38b02f19bl-29vp0gz.html>. [Acesso em 18 de jul. de 2019].

²⁵ O encerramento adequado das atividades nucleares deve ser realizado com extrema cautela, procurando minimizar a exposição à radiação dos trabalhadores envolvidos. Existe também uma grande dificuldade de estimar os custos do descomissionamento, já que envolve a preparação e o licenciamento de um local que armazene os rejeitos radioativos e combustíveis irradiados, tornando impossível estimar-se o custo de transporte e de embalagem do material. Além da decisão política, tecnologias avançadas de armazenamento e infraestrutura de transporte exige também a segurança física e controle permanente. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias/noticias-2013/518829-o-descomissionamento-das-usinas-nucleares>. [Acesso em 02 ago. 2020].

²⁶ Notícia intitulada: Alemanha anuncia fechamento de todas as usinas nucleares até 2022, publicada em 30 de maio de 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/05/110530_alemanha_nuclear_rw. [Acesso em 02 ago. 2020].

²⁷ Para uma discussão mais ampla sobre a arena de negociações de megaprojetos ver SILVA, Whodson; FIALHO, Vânia. Povos e Comunidades Tradicionais em confronto com megaprojetos energéticos no Sertão de Pernambuco. In: RIF. Ponta Grossa/PR, v. 18, n. 40, pp.143-164, jan/jun., 2020.

É nessa mesma arena em que o governo²⁸, responsável por controlar os principais meios de co-erção, exerce um papel de consórcio. Segundo Ribeiro (2008), a consorciação é um processo político comandado por grupos de poder que operam em níveis mais elevados de integração, que une dentro de um projeto, instituições e capitais internacionais, nacionais e regionais. A compreensão do governo como um consórcio explica como as corporações operam na junção de sistemas nacionais e internacionais, assim como o próprio governo se torna o meio de poderosos atores – controladores de capitais estatais, nacionais e transnacionais – na configuração de negociações de poder politicamente estruturadas.

Organizada em uma unidade de mobilização a Articulação Sertão Antinuclear descortina ações coletivas que subvertem essas relações de dominação, opondo-se a ideia de desenvolvimento que invisibiliza os agentes sociais afetados. Trata-se de uma rede de associações de diferentes Povos e Comunidades Tradicionais²⁹, instituições e agências, onde esses partilham de uma solidariedade política no contexto do confronto.

Como anuncia a palavra de ordem: “Não à usina nuclear em Itacuruba, no Nordeste e no Brasil!”, formulam-se estratégias de confronto para que a sociedade civil enxergue e também confronte as violências, os riscos e os problemas na construção de um megaprojeto energético nuclear, não só para os municípios de Itacuruba, mas também para os ribeirinhos de todo um curso do São Francisco e, de modo geral, para quaisquer cidadão que não deveria, numa condição humana ideal, estar submetido, quase que de maneira vitalícia, aos perigos de *chaleiras atômicas* instaladas por aqui e acolá³⁰.

Articulação Sertão Antinuclear

A Articulação Sertão Antinuclear trata-se de uma unidade de mobilização, que, segundo Almeida (2008), refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador do Estado – por meio de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou de ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura. A Articulação aqui analisada refere-se, então, a uma rede de associações de diferentes agentes e agências, onde esses coadunam a partir de uma solidariedade política que partilham no confronto com a Central Nuclear do Nordeste.

Como assegura Melucci (1989), o que empiricamente chama-se de movimento social é um sistema de ação que liga orientações e significados plurais. Os diferentes significados e interesses possibilitam que numa ação coletiva singular contenham tipos diferentes de comportamento. A Articulação Sertão Antinuclear, a sua vez, surge para fins específicos, é dizer que a mobilização antinuclear no Sertão acontecerá em diferentes momentos, na medida em que se noticiam as intenções sociopolíticas na construção do megaprojeto nuclear.

Num panorama geral, um primeiro momento, ainda incipiente, fora na década de 1980, quando o Governo Federal projetou depositar naquela região o lixo nuclear da tragédia envolvendo o Césio – 137, que ocorreu em Goiânia (GO), bem como de construir ali uma usina nuclear. Um segundo momen-

²⁸ Aqui me refiro ao Governo Federal por se tratar de um projeto sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia

²⁹ A Articulação Sertão Antinuclear é composta numerosamente por três povos indígenas (Pankará no Serrote dos Campos, Tuxá Campos e Tuxá Pajeú) e três comunidades quilombolas (Poço dos Cavalos, Negros de Gilu e Ingazeira), todas as seis existentes no município de Itacuruba. No presente trabalho optamos por fazer uma leitura mais geral do confronto antinuclear tendo em vista que as mobilizações não são realizadas única e exclusivamente por indígenas e quilombolas. Para entender o confronto antinuclear a partir dos Povos e Comunidades Tradicionais ver Silva (2019; 2020).

³⁰ Sobre os perigos das chaleiras atômicas, como evoca a Coalizão por um Brasil livre de usinas nucleares, ver a série de *lives* organizadas pela Articulação Antinuclear Brasileira (AAB) e a Articulação Sertão Antinuclear, transmitidas pelo perfil da Coalizão no Facebook e no YouTube.

to, entre 2011 e 2014, quando a Eletrobrás anuncia Itacuruba como o sítio escolhido para instalação das novas usinas nucleares previstas no PNE 2030. E um terceiro momento, emergente, tem se dado a partir de 2018, com a retomada das intenções políticas de construção de uma nova central nuclear brasileira em Itacuruba, que tende a ser ratificado no PNE 2050³¹.

MOTIVOS PARA DIZER NÃO À USINA NUCLEAR EM ITACURUBA, NO NORDESTE E NO BRASIL:

1. As centrais nucleares expõem a sociedade ao risco de acidentes de alta radioatividade, que podem trazer consequências catastróficas à vida das pessoas e ao meio ambiente;
2. Não há tecnologia capaz de resolver o problema dos lixos nucleares produzidos, cuja deposição final demanda altos investimentos;
3. Uma usina nuclear pode causar grandes danos ao meio ambiente, em especial ao Rio São Francisco;
4. O Brasil não precisa de usinas nucleares para atender as suas necessidades de energia elétrica. Soma-se o fato de que esta fonte representa menos de 2% da matriz energética brasileira;
5. A decisão de construir usinas nucleares no Brasil é política e antidemocrática. A população em geral e as pessoas diretamente impactadas não tiveram oportunidade de se manifestar;
6. A energia elétrica de matriz nuclear é caríssima, sendo injustificável o investimento econômico. O custo para o encerramento adequado das atividades das usinas antigas também é altíssimo;
7. É mentirosa a afirmação que tal empreendimento contribuirá com a geração de empregos locais e resolverá os problemas sociais dessa região. A população de Itacuruba, que já sofreu uma série de violências com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, sabe que essas obras não trazem benefícios nem autonomia local;
8. O Brasil está na contramão da discussão energética mundial que opta por fontes renováveis de produzir energia mundo a fora.

Figura 2 - Motivos elencados pela Articulação Sertão Antinuclear para confrontar o megaprojeto

É neste terceiro emergente momento que diversificados agentes sociais organizam-se em uma unidade de mobilização, agora nomeada de Articulação Sertão Antinuclear. Povos e Comunidades Tradicionais de Itacuruba; Igreja Católica na figura da: Diocese de Floresta, Arquidiocese de Recife e Olinda, Comissão pastoral

³¹ Ver: GAGGIOLI, Naymé Natalia. Antropología nuclear. In: Cuadernos de antropología social. n. 18, pp. 107-122, 2003.

da Terra (CPT), Comissão Pastoral de Pescadores (CPP), Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Indígenas e Quilombolas de outras regiões; Articulação Antinuclear Brasileira (AAB); parlamentares de Pernambuco; grupos de pesquisas da Universidade de Pernambuco (UPE)³², para citar alguns dos que compõe uma ampla e complexa rede que cresce exponencialmente no campo do confronto com o megaprojeto em Itacuruba.

A Articulação Sertão Antinuclear, nessa direção, tem possibilitado além de uma convergência mobilizatória no Sertão de Pernambuco, a canalização de ações coletivas para a esfera pública que indicam ao restante da sociedade os problemas socioambientais de um megaprojeto dessa natureza. Assim, tem criado meios para a interação coletiva, que vai de uma simples petição à manifestos mais complexos. As táticas confrontacionais formuladas nesse âmbito sugere um repertório de formas de resistência que estão alicerçadas em interações afetivas e em uma solidariedade política partilhada no enfrentamento ao megaprojeto.

Isto é, “no interior de um limitado conjunto [o repertório confrontacional], os atores escolhem quais peças irão encenar aqui e agora, e em qual ordem”, como sugere Tilly (2008 *apud* ALONSO, 2012, p. 31). Cartas, abaixo-assinado, marchas e caravanas integram, portanto, um repertório de diversificadas ações políticas surgidas em meio ao dado conflito. As formas cotidianas de resistência, como coloca-nos James Scott (2002), é particularmente importante para demonstrar que um confronto não se expressa somente em manifestos, protestos e batalhas mais rápidas, mas também em um bojo de lutas pulverizadas no dia a dia de pessoas que, imersas em suas dinâmicas, encontram obstáculos para a ação coletiva e organizada, sendo as resistências cotidianas muitas vezes a única opção disponível.

Na mesma direção, mas num plano paralelo, outra forma de resistir tem se dado mediante as ações coletivas encabeçadas pela Articulação Sertão Antinuclear que reuni as diferentes formas de participação dos agentes sociais no campo de enfrentamento à central nuclear. Uma sequência de mobilizações é articulada ainda em 2011, entre as ações realizadas a Caravana Antinuclear de Pernambuco, em outubro daquele ano, merece destaque por ter associado uma diversidade de agentes no enfrentamento ao empreendimento quando percorreram quatro municípios no Sertão de Pernambuco – Belém do São Francisco, Floresta, Itacuruba e Jatobá – discutindo com a população os impactos e riscos na produção da energia nuclear.

O primeiro arranjo da mobilização antinuclear nessa região do Sertão vai, justamente, em direção a um latente problema do megaprojeto, a falta de informações. O outro lado do confronto, entendido aqui como o governo que consorcia a atuação de diferentes grupos de poder, estabelece um padrão de mecanismos para coibir os agentes sociais de ocuparem os espaços de decisão, restringindo-os das informações do megaprojeto. Primeiro, em 2011, o MME não oferece maiores explicações sobre as áreas de interesse da central nuclear e, seguidamente, demonstra a retaguarda política do setor nuclear brasileiro em razão da repercussão do acidente na Central Nuclear de Fukushima I – Japão, também em 2011, que se tornou o maior desastre nuclear depois do acidente em Chernobyl, em 1986. O repertório de mobilizações, no entanto, se estende até 2014 e conjuga um circuito de variadas formas de denúncia, bem como de exigências do posicionamento do Estado frente ao tema³³.

Em 2018, com a estruturação de um novo Programa Nuclear Brasileiro pelo CDPNB, resgatam-se as intenções de ampliar a geração de energia nuclear no país por meio da construção de uma nova central nuclear, assim como retomar a construção da usina de Angra 3, parada desde 2015 devido as investigações por esquemas de corrupção.

³² Entre esses o Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva e Cultura (LACC) que integra o núcleo Pernambuco do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e o Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade (GEPT).

³³ O quadro das mobilizações antinucleares realizadas entre 2011 e 2014 pode ser visualizado em Silva (2019).

A Eletronuclear – braço de energia nuclear da Eletrobrás – estuda a instalação de uma nova usina nuclear no Brasil e o município de Itacuruba (Sertão do São Francisco) é candidato a receber a planta. ‘Esse é um projeto em estado latente. Existem muitas críticas à energia nuclear, porque falta oferecer informações à sociedade sobre esta fonte para além das histórias dos acidentes. É claro que existem riscos, mas se não forem tomados os cuidados necessários. No mundo são muitos os investimentos no setor. A China está construindo 25 usinas e tem outras 100 em planejamento. Isso sem falar que o Brasil tem um déficit no consumo per capita de energia, que hoje é de 2,5 mil kW/hab/ano’, acredita o engenheiro e consultor e ex-assessor da Eletronuclear, Carlos Mariz. Ele diz que Itacuruba foi considerado uma localização interessante para a instalação da usina, em função da localização geográfica, do terreno plano e da disponibilidade de água. Importantes investidores no mercado brasileiro de energia, os chineses são apontados como prováveis parceiros num projeto de energia nuclear em Pernambuco. A participação da iniciativa, aliás, é considerada indispensável para que os investimentos voltem a andar no País. Pelo estudo da Confederação Nacional da Indústria, hoje a iniciativa privada responde por 54% dos investimentos no setor, mas a meta é que chegue a 60% até 2022³⁴.

A partir desse momento aglutinam-se agentes sociais que, organizados em uma unidade de mobilização, elencam um atualizado repertório de ações coletivas no Sertão de Pernambuco. Denunciam, a sua vez, a negligência da consulta, escuta e informação prévia à população diretamente atingida pelo megaprojeto e, em um sentido mais amplo, visibilizam que a decisão política de construir usinas nucleares no Brasil assumidamente vai à contra-mão da discussão energética mundial, que acentua formas de energia renovável e regressão das políticas nucleares.

Diversas ações já foram e vêm sendo realizadas no sentido de ampliar a discussão e propor alternativas de desenvolvimento que priorizem a segurança humana, política e social das pessoas dessa região. Podemos citar, a exemplo: A Caminhada Antinuclear: Opará contra a morte nuclear, promovida pela Comissão de Jovens Indígenas de Pernambuco (COJIPE); As audiências públicas convocadas pela Comissão de Direitos Humanos da ALEPE; A caminhada antinuclear que percorreu os municípios de Mirandiba, Carnaubeira da Penha, Floresta e Itacuruba; a Carta de Itacuruba; a Carta de Floresta; entre outros eventos que vêm sendo promovidos nos mais variados espaços.

As atividades propostas pela Articulação Sertão Antinuclear assumem um caráter informativo e formativo já que muito se desconhece sobre a energia nuclear e a intenção de construção da central nuclear em Itacuruba, supostamente porque os encaminhamentos do investimento se dão na surdina e porquanto não repercutem na grande mídia. Isto posto, busca-se regularmente produzir conteúdo em mídias sociais, como o Instagram e Facebook, tal como pautar essa temática nas mídias alternativas³⁵.

Por outro lado, expor dados que são intencionalmente confinados em códigos tecnicizados um tanto inacessíveis, é o meio pelo qual se esmiúça o discurso falacioso de benefícios que desavergonhadamente engana as pessoas nessa região. Numa via de mão dupla, populariza-se o conhecimento sobre a proporção dos riscos na instalação de seis reatores nucleares no Rio São Francisco, e sobre os dilemas ainda não solucionados pela ciência, como o do lixo nuclear que de maneira concreta e imediata se põe como uma ameaça à saúde e existência humana, visto que os resíduos radioativos considerados de vida curta devem ser mantidos à distância de seres humanos por pelo menos 300 anos³⁶.

³⁴ Notícia intitulada: Pernambuco tem mais de 1,5 mil obras paradas, publicada em 12 de agosto de 2018. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2018/08/12/pernambuco-tem-mais-de-15-mil-obras-paralisadas--350547.php>. [Acesso em 21 jul. 2019].

³⁵ O perfil da Articulação Sertão Antinuclear no Instagram pode ser encontrado a partir do endereço @usinanuclearnao



MOBILIZAÇÕES REALIZADAS

1. Caravana Antinuclear em Pernambuco – Outubro de 2011;
2. Carta de Itacuruba – Outubro de 2011;
3. Semana antinuclear do Recife – Agosto de 2011;
4. Marcha das Águas em Pernambuco – Junho de 2012;
5. Tenda Antinuclear na Cúpula dos Povos (Rio+20) – Junho de 2012;
6. Caminhada Antinuclear em Itacuruba – Março de 2019;
7. Audiência pública na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) – Maio de 2019;
8. “Carta em defesa da vida e em repúdio à implementação de novas usinas nucleares no Brasil, em especial no município de Itacuruba, Pernambuco” – Maio de 2019;
9. Caminhada Antinuclear nos municípios de Mirandiba, Carnaubeira da Penha, Floresta e Itacuruba – Junho de 2019;
10. Debate sobre a questão nuclear em Pernambuco realizado na Cúria metropolitana de Recife – Junho de 2019.

Imagem da Caminhada Antinuclear em Itacuruba.

Figura 3 - Algumas das mobilizações realizadas pela Articulação Sertão Antinuclear

O despoite de um repertório confrontacional antinuclear tem qualificado o debate sobre as dimensões sociais e ambientais que estão no entorno do megaprojeto, pleiteando que estas sejam tratadas em pé de igualdade com os fatores tecnológicos e econômicos no próprio processo de planejamento. Tal enfoque demanda das Ciências Sociais reflexões que deem conta de complexificar os eventos, as situações e as agências que compõem os acontecimentos contínuos e as dinâmicas que refletem em jogos de poder, relacionados ao controle sobre a vida e a população e seu direito de existir.

³⁶ Ver: WHITAKER, Chico (org.). *Por um Brasil livre de usinas nucleares: por que e como resistir ao lobby nuclear*. São Paulo: Paulinas, 2012.

Considerações Finais

As discussões aqui realizadas objetivam a compreensão do confronto político da Articulação Sertão Antinuclear com o projeto da Central Nuclear do Nordeste para o Sertão de Pernambuco. A opção metodológica de entender etnograficamente o lugar que essa unidade de mobilização ocupa nesse confronto aponta não só uma rede de interação política de agentes sociais, mas, sobretudo, evidencia os mecanismos de resistência que são elaborados para que as existências coletivas destes bem como os seus direitos sejam garantidos.

Atentar para as resistências é estar consciente de que apesar dos processos de mundialização, que faz com que não encaremos a Central Nuclear do Nordeste como algo localizado, os lugares permanecem singulares e devem, por isso, serem apreendidos em suas particularidades. É o que Eriksen (2016, p. 204), parafraseando Tsing (2012), chama de “tensão crônica entre as forças ‘globalizadoras’ da modernidade e outras, localmente singulares, que reclamam autonomia e são, na sua essência, não escaláveis”³⁷.

Tais dinâmicas entre o local e o global em Itacuruba revelam diferentes posições de domínio, que ancoram um campo confrontacional atravessado por ambientes onde proliferam as desigualdades de poder. Projeta-se, então, uma série de ações coletivas que são formuladas e criativamente estabelecidas no contexto da esfera pública, visibilizando as atualizadas lutas sociais do tempo presente. A abordagem analítica das ações coletivas e do confronto político se apresenta como uma possibilidade de compreender a capacidade de agência e criatividade de agentes sociais em suas mobilizações, mas sem desconsiderar os constrangimentos históricos e políticos que cerceiam as oportunidades de ação política. As intenções, os meios utilizados, as instituições acessadas, as alianças formadas, os agenciamentos, as interações afetivas e a solidariedade política se demonstram questões fundamentais de serem analisadas por, justamente, estarem imbricadas em processos sociais, históricos e de poder.

Sendo este um estudo etnográfico, cabe por último destacar a importância da leitura antropológica das dinâmicas sociais em contextos que envolvem os megaprojetos, o desenvolvimento e uma consequente violação de direitos. A compreensão dos fenômenos e eventos sociais, propiciada pelos conhecimentos das Ciências Sociais tem subsidiado o entendimento das respostas locais à instalação de um empreendimento nuclear em Itacuruba. Espera-se, então, que o estudo das ações coletivas antinucleares no Sertão de Pernambuco nos aponte soluções para o enfrentamento de problemas sociais que persistem na arena de negociações entre agentes sociais e o Estado.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de quilombo, terras indígenas, babaçuais livre*, “castanhais do povo”, *faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. In: *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 21-41, 2012.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. Grandes obras... grandes impactos. In: *Caderno de Estudos Sociais*. Recife, v. 17, n. 1, pp. 5-30, jan./jul., 2001.

ERIKSEN, Thomas Hylland. Sobreaquecimento: pequenos lugares e grandes questões na antropologia do século XXI. In: *Etnográfica*. v. 20, n. 1, pp.197-208, 2016.

³⁷ TSING, Anna. 2012. On non scalability: the living world is not amenable to precision-nested scales. In: *Common Knowledge*. n. 18, v.3, pp.505-524, 2012

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. In: *Lua Nova*. São Paulo, n. 76, pp.11-48, 2009.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. In: *Lua Nova*. São Paulo, n.17, pp.49-66, 1989.

PINGUELLI ROSA, Luiz. et al. Características da estrutura de produção da energia nuclear no Brasil. In: PINGUELLI ROSA, Luiz; SIGAUD, Lygia; MIELNIK, Otávio (org.). *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*. São Paulo: COPPE/Marco Zero/CNPq, 1988.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA - PNCSA. Boletim Informativo – Conflitos sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central. Resistimos para existir: dizemos não à usina nuclear no São Francisco. n. 01 (jun. 2019). Manaus: UEA Edições/PNCS, 2019.

RIBEIRO, Gustavo Lins. 2008. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: *Novos estudos*. v. 80, pp.109-125, 2008.

SCOTT, Russel Parry. *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: *Raízes*. v. 21, n. 01, pp.10-31, 2002.

SILVA, Whodson. Sumir do mapa e outros scripts: táticas de resistir a central nuclear em Itacuruba. *Revista Continente*. ed. 231, pp.74- 79, abril de 2020.

SILVA, Whodson. *O conto das quatro mil almas: uma etnografia do confronto de Indígenas e Quilombolas com a Central Nuclear do Nordeste*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

Recebido em 03/06/2020

Aceito em 03/07/2020

